Formas de Redução Penal no Sistema Jurídico Brasileiro

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Luiza De Moraes Gomes
Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Marcelo Queiroz Alves De Oliveira
Renato Horta Rezende

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A redução de pena é um tema de grande importância no sistema penal e é frequentemente debatido em todo o mundo. A redução de pena pode ser concedida por diversas razões, tais como bom comportamento, cooperação com as autoridades, participação em programas de reabilitação ou arrependimento sincero. No entanto, a aplicação dessas formas de redução de pena muitas vezes é alvo de questionamentos sobre a sua efetividade e equidade. A redução de pena é um tema controverso no sistema prisional brasileiro. Enquanto alguns defendem que ela é um instrumento efetivo de ressocialização, outros argumentam que ela pode ser usada como uma forma de impunidade para criminosos que colaboram com as autoridades.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar as diferentes formas de redução de pena e as suas implicações na justiça criminal, em âmbito jurídico e social.

Material e Métodos

Existem várias formas de redução de pena. A remissão é a redução da pena por mérito do preso, como o bom comportamento, a realização de trabalhos na prisão. A comutação é a redução da pena por decisão do poder executivo, geralmente baseada em razões humanitárias. A progressão de regime é a mudança do preso para um regime menos rigoroso de cumprimento de pena. O indulto é o perdão da pena pelo poder executivo, geralmente concedido em datas comemorativas ou por motivos políticos. A suspensão condicional da pena é a suspensão da execução da pena, desde que o preso cumpra determinadas condições, como o comparecimento periódico em juízo ou prestação de serviços comunitários.

A redução de pena pode ter várias implicações na justiça criminal. Por um lado, pode contribuir para a reabilitação do preso e para a sua reintegração na sociedade já por outro lado, pode ser vista como uma forma de impunidade, especialmente em casos de crimes graves ou de grande repercussão social.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa indicam que, embora a redução de pena possa ter efeitos positivos na ressocialização de alguns condenados, ela também pode ser usada de forma abusiva. Em muitos casos, os condenados que se beneficiam da redução de pena são aqueles que têm recursos financeiros para contratar bons advogados e que podem negociar com as autoridades.

Além disso, a redução de pena muitas vezes não é aplicada de forma justa e equitativa. As condições para a concessão da redução de pena podem variar de acordo com a região do país, e em alguns casos, a redução de pena é concedida de forma arbitrária, sem uma avaliação adequada do mérito do condenado.

Conclusão

A redução de pena pode ser um instrumento efetivo de ressocialização no sistema prisional brasileiro, mas só se for aplicada de forma justa e equitativa. Para garantir que a redução de pena seja concedida de forma adequada, é necessário estabelecer critérios claros e objetivos para a sua concessão, bem como garantir que esses critérios sejam aplicados em todo o país.

Referências

Ressocialização dos Detentos na Sociedade - Jus.com.br | Jus Navigandi

Remição de pena — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br)

RENATA GARCIA DE OLIVEIRA.pdf (aee.edu.br)